

A. I. Nº - 073098.0074/06-8
AUTUADO - VALÉRIA COMERCIAL DE MADEIRAS LTDA.
AUTUANTE - MANOEL PEREIRA DE ANDRADE
ORIGEM - IFMT METRO
INTERNET - 02.10.07

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0285-04/07

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente ao valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 26/03/2007, exige multa equivalente ao valor histórico de R\$ 690,00, em razão de estabelecimento identificado realizando operações sem a emissão de documentação fiscal correspondente.

O autuado, através de representante legal, ingressa com defesa à fl. 15, apresentando a seguinte alegação:

Propugna pela improcedência do presente Auto de Infração sob a justificativa de que o autuante não encontrou nenhuma nota fiscal emitida, vez que não tinha sido realizada qualquer operação de venda até o início da ação fiscal, bem como explica que o saldo de abertura comprovado de R\$ 10,00 mais R\$ 275,00 encontrado em dinheiro se referiam a valores destinados a pagamentos de fornecedores que aguardavam no estabelecimento da empresa.

O autuante presta informação fiscal às fls. 22 e 23, nos seguintes termos:

Esclarece que o presente Auto de Infração foi lavrado em função da constatação, de diversas operações com vendas de mercadorias sem emissão de documentação fiscal, tendo encontrado resultado positivo correspondente a R\$ 275,00, transcrevendo os dispositivos que serviram de lastro para a autuação, quais sejam, o artigo 142 e seu inciso VII, o artigo 201 e seu inciso I, ambos do RICMS/BA, e o artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com alteração da Lei nº 8.534/02.

Salienta que é muito comum contribuintes do ramo do autuado não emitirem documentação fiscal nas operações com vendas de mercadorias, geralmente justificando-se com a afirmação de que o cliente não solicita as notas fiscais.

Sendo assim, opina pela procedência do presente Auto de Infração.

VOTO

A Auditoria de Caixa efetuada pela fiscalização nos estabelecimentos varejistas, nos moldes em que está descrita no presente processo, é procedimento fiscal largamente aceito por este CONSEF, desde que seja embasado em provas e devidamente circunstanciado.

Entendo que as provas do cometimento da infração estão acostadas aos autos. O Termo de Auditoria de Caixa, lavrado pelo autuante às 16:00 hs, e acostado à fl. 04, comprova que o

autuado efetuou vendas, a consumidor final, sem a emissão de notas fiscais, no dia 09/03/2007, no valor de R\$ 275,00.

Para consubstanciar a infração, o preposto fiscal, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a nota fiscal – série D-1, (nº 7592, fl. 07), no valor da diferença apurada e lavrou o presente lançamento, para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, de acordo com o § 2º do artigo 42 da Lei nº 7.014/96.

Consta ainda nos autos Termo de Ocorrência, fl. 05 e Termo de Visita Fiscal, fl. 06, ambos devidamente assinados pelo preposto fiscal e pelo contribuinte.

Diante da documentação constante nos autos, refuto a alegação da empresa de que a diferença de numerário encontrada no Caixa, destinava-se à pagamento de fornecedor, pois nenhuma prova desta assertiva foi trazida pela defesa.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **073098.0074/06-8**, lavrado contra **VALÉRIA COMERCIAL DE MADEIRAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a” da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02, e dos acréscimos moratórios, na forma estabelecida pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de setembro de 2007.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR